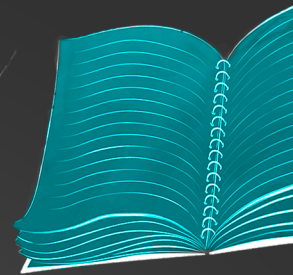


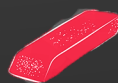
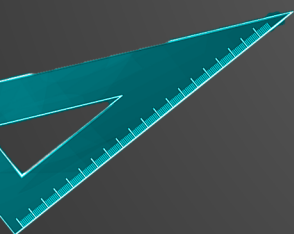
**Atena**  
Editora  
Ano 2020

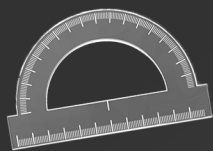


# AS FACES DA EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS NA DIVERSIDADE ESCOLAR



OTAINAN DA SILVA MATOS  
CLEIA SILVA PINTO COSTA  
ANDRÉIA VAZ CUNHA DE SOUSA  
JOSÉ ANTONIO MORAES COSTA  
ROSYENE CONCEIÇÃO SOARES CUTRIM  
(ORGANIZADORES)





Atena  
Editora

Ano 2020

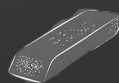
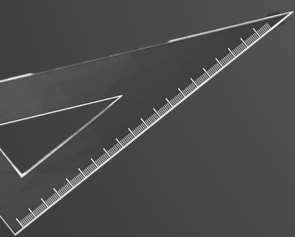


# AS FACES DA EDUCAÇÃO:

## DIALOGOS NA DIVERSIDADE ESCOLAR



OTAINAN DA SILVA MATOS  
CLEIA SILVA PINTO COSTA  
ANDRÉIA VAZ CUNHA DE SOUSA  
JOSÉ ANTONIO MORAES COSTA  
ROSYENE CONCEIÇÃO SOARES CUTRIM  
(ORGANIZADORES)



**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## As faces da educação: diálogos na diversidade escolar

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadores:** Otainan da Silva Matos... [et al.].

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F138 As faces da educação [recurso eletrônico] : diálogos na diversidade escolar / Organizadores Otainan da Silva Matos... [et al.]. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.  
205 p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-346-0 (PDF)

ISBN 978-65-5706-345-3 (Brochura)

DOI 10.22533/at.ed.460200209

1. Educação. 2. Diversidade escolar. 3. Prática de ensino.  
I. Matos, Otainan da Silva. II. Costa, José Antonio Moraes. III. Costa, Cleia Silva Pinto. IV. Souza, Andréia Vaz Cunha de. V. Cutrim, Rosylene Conceição Soares.

CDD 370.71

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**



## PREFÁCIO

Tecendo a Manhã

Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro; de um outro galo que apanhe o grito que um galo antes e o lance a outro; e de outros galos que com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo, para que a manhã, desde uma teia tênue, se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos, se erguendo tenda, onde entrem todos, se entretendendo para todos, no toldo (a manhã) que plana livre de armação. A manhã, toldo de um tecido tão aéreo que, tecido, se eleva por si: luz balão.

João Cabral de Melo Neto

Sinto-me lisonjeado em poder registrar breves impressões sobre este livro. Ele foi concebido, a partir dos esforços dos mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica (PPGEEB), pertencente ao Centro de Ciências Sociais- (CCSo) da Universidade Federal do Maranhão – (UFMA), esforços esses semelhantes ao poema de Tecendo a Manhã. Idealizou-se esta obra com a tessitura de várias manhãs, dias, noites e madrugadas de muito estudos, aulas, leituras escritos e reescritos, para que se pudesse chegar ao título proposto pelos autores e coautores do mesmo “***As faces da Educação: diálogos na diversidade escolar***”. Tendo como organizadores Otainan da Silva Matos, Celia Silva Pinto Costa, Andréa Vaz Cunha de Sousa, José Antonio Moraes Costa e Rosyene Conceição Soares Cutrim.

Trata-se de uma obra que reúne, em um conjunto de dezesseis capítulos, cuidadosamente, trabalhos elaborados pelos pós-graduandos sob o olhar dos seus respectivos orientadores do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Ensino da Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão. Eles foram produzidos a partir das pesquisas oriundas de suas inquietações, que se transformaram em suas obras primas: a dissertação. Desvelam-se em seus escritos, as tendências atuais dos debates e das pesquisas acadêmicas no âmbito do mestrado profissional, desenvolvidas pelo PPGEEB<sup>1</sup>, no campo da educação e as suas diversas faces: “*Filosofia para Crianças, Construção da identidade profissional e docente, relações étnico-raciais, tecnologias, Gênero, Formação inicial e continuada, Educação Inclusiva e Prática Pedagógica.*” Diante disso, se faz mister avultar que essas diversas faces dos escritos educacionais, composto neste livro em tela, nos levam para outros campos/aspectos da educação: a infância, a educação infantil, a

<sup>1</sup> Criado em 2015, o Mestrado Profissional em Gestão de Ensino da Educação Básica é o segundo da UFMA e é o primeiro da área da educação no Maranhão. O Programa está composto atualmente por vinte e três docentes de diferentes áreas curriculares que compõem a Educação Básica. O Objetivo do Curso é formar profissionais para desenvolverem saberes, competências e habilidades específicas nas áreas do ensino da Educação Básica, levando em conta a incorporação e atualização permanentes dos avanços da ciência e das tecnologias educacionais. O profissional formado deverá ter como foco a gestão de ensino, a pesquisa, visando a proposição de inovações e aperfeiçoamentos dos conhecimentos e tecnologias educacionais para a solução de problemas do ensino na Educação Básica. Fonte: [https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao\\_stricto.jsf?lc=pt\\_BR&idPrograma=1381](https://sigaa.ufma.br/sigaa/public/programa/apresentacao_stricto.jsf?lc=pt_BR&idPrograma=1381) acesso em Maio de (2020).

leitura, a alfabetização, o ensino de línguas portuguesa e inglesa, a educação física, as deficiências visual e intelectual, a identidade de gênero e, por fim, a pesquisa nas suas diversas facetas, desenvolvidas pelos seus escritores.

Nesse contexto, importa destacar que os textos desta obra, instigam os leitores à reflexão, dispendo à sua leitura crítica, algumas possibilidades interpretativas sobre importantes questões pertinentes à educação básica.

Parabéns pela iniciativa em tornar públicos os estudos do PPGEEB com a produção deste livro!

Sucesso!

São Luís- MA, maio de 2020

José Carlos de Melo

## **REFERENCIA**

MELO NETO, João Cabral de. Obra completa: volume único. Org. Marly de Oliveira. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. (Biblioteca luso-brasileira. Série brasileira).

## APRESENTAÇÃO

“Ninguém começa a ser professor numa certa terça-feira às 4 horas da tarde... Ninguém nasce professor ou marcado para ser professor. A gente se forma como educador permanentemente na prática e na reflexão sobre a prática”.

Paulo Freire

A construção de diversas análises sobre a educação é o que conduz o desenrolar dessa apresentação. Esse assunto que tanto permeia à sociedade, emerge da necessidade de mudanças significativas em nosso país. Diante desse cenário, a presente obra, **“As faces da Educação: diálogos na diversidade escolar”**, corrobora estritamente para as mais diversas áreas da educação escolar como, Filosofia, Pedagogia, Geografia, Tecnologia, Educação Física, Artes, Identidade de Gênero, Biologia, Português, Inglês, Sociologia, todas essas, em seus sentidos mais simbólicos e integrantes.

Esta obra origina-se da colaboração de estudantes de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão do Ensino da Educação Básica (PPGEEB), que tem como propósito, estudar as condutas dos formadores de opiniões, investigar os espaços escolares e suas mais variadas formas de ensinar e aprender, entre aluno e professor, coordenador e gestor e todas as relações que ajudam na construção da educação. Nesse sentido, os mestrandos e seus respectivos orientadores concordam com a elaboração deste trabalho, visto que ele servirá de arcabouço teórico para estudantes, docentes, gestores, coordenadores e para aqueles que se interessam por leituras e estudos vinculados às diversas faces da educação.

Com isso, a construção dos capítulos se deram da seguinte forma:

- **Filosofia para Crianças:** a concepção de infância e o sentido do adulto em miniatura – Ms. Otainan da Silva Matos; Ms. Kátia Regina dos Santos Castro e Dr. José Carlos de Melo.

- **A Constituição da Identidade Profissional de Alfabetizadores:** narrativas de docentes integrantes do grupo de estudo e pesquisa “O ensino de língua portuguesa nos anos iniciais do ensino fundamental” – Ms. Cleia Silva Pinto Costa; Ms. Rosiara Costa Soares e Dr<sup>a</sup>. Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes.

- **A Identidade Profissional Docente e o Ensino de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa** – Ms. Cláudia Cristina Cólins Pereira; Rakell Ainy Freitas Luz e Dr<sup>a</sup> Marize Barros Rocha Aranha.

- **Relações Étnico-Raciais e Infância:** valorização das diferenças e prevenção de preconceitos na educação infantil – Ms. Lucileide Martins Borges Ferreira; Luanda Martins Campos e Dr. Antonio de Assis Cruz Nunes.

- **A Formação da Identidade Docente na Perspectiva da Interculturalidade** – Ms. Luanda Martins Campos; Ms. Mírian Ferreira da Silva Borgea e Dr<sup>a</sup> Viviane Moura da

Rocha.

- **Práticas Pedagógicas Interculturais:** relato de experiência na disciplina de Educação Física – Ms. Ludmilla Silva Gonçalves e Dr. Raimundo Nonato Assunção Viana.

- **O Ser e o estar Formador/a na Escola:** um dilema para o/a Coordenador/a Pedagógico/a – Ms. Alexandrina Colins Martins e Dr<sup>a</sup> Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes.

- **A Formação de leitores nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental:** um relato de experiência na turma do 2º ano de uma escola da rede pública municipal de Paço do Lumiar- Maranhão - Ms. Andréia Vaz Cunha de Sousa; Ms. Érica Patrícia Marques de Araújo e Dr. Samuel Luis Velázquez Castellanos.

- **Construção de Saberes no Mestrado Profissional e Formação Docente em Gêneros e Sexualidades** – Ms. Rosyene Conceição Soares Cutrim e Dr<sup>a</sup> Sirlene Mota Pinheiro.

- **A Gangue como Sintoma de Falência do Modelo Capitalista** – Ms. Daulinda Santos Muniz e Dr<sup>a</sup> Elisa Maria dos Anjos.

- **Do Sul ao Norte:** um diálogo sobre a formação inicial de professores de Geografia – Ms. Yuri Barros Lobo da Silva; Ms. Jucileide Melonio Pereira e Dr<sup>a</sup> Maria José Albuquerque Santos.

- **A Educação Inclusiva e a Deficiência Intelectual:** desafios curriculares para a prática pedagógica – Ms. Gínia Kênia Machado Maia; Ms. Cleomar Lima Pereira e Dr<sup>a</sup> Lívia da Conceição Costa Zaqueu.

- **Os Corpos e a Escola:** a dança como lente – Ms. Érica Silva Pinto e Dr. Raimundo Nonato Assunção Viana.

- **Estado da Arte:** tecnologia móvel para auxiliar crianças com Transtorno do Espectro Autista – Ms. Maíra Carla Moreira Aragão e Dr. João Batista Bottentuit Junior.

- **Tecnologia Assistiva para Estudantes com Deficiência Visual:** uma análise a respeito da produção científica – Ms. Aline Aparecida Nascimento Frazão e Dr<sup>a</sup> Lívia da Conceição Costa Zaqueu.

Quando me deparo com a literatura educacional, especificamente do Brasil, vejo um amplo desafio, no que concerne às formações e práticas dentro ambiente escolar. Vejo uma política que rejeita as escolas e finge que a educação está acontecendo. Vejo crianças sedentas por conhecimento, que fará a diferença na caminhada da vida e que muitas vezes, não adquire. Vejo docentes fingindo ensinar e alunos fingindo aprender. Vejo docentes superestimando o ensino tradicional porque lutam contra a inovação e as novas formas de aprender. É certo que isso existe. Contudo, também vejo políticas públicas positivas na luta pelo rendimento escolar. Vejo professores ofertando o melhor de si, para educar os seus alunos. Vejo o suor de docentes nas quadras de esporte. Vejo os educadores de salas de recursos multifuncionais integrando os que precisam. Vejo laboratórios de informática atendendo a demanda escolar para informatizar os

alunos. Vejo os gestores buscando formação continuada, a fim de aperfeiçoar às práticas educativas. Vejo docentes ofertando recursos financeiros, para que não falte material educacional. Vejo o esforço dos gestores para efetuar uma matrícula. São com esses por menores, que vejo a luta dos profissionais em prol de uma educação para o mundo.

Diante desse contexto, é importante salientar que a prática educativa percorre diversas formas, métodos e caminhos distintos. Assim sendo, ela somente acontece de forma eficiente, se percebermos que ela é plural e interdisciplinar. Portanto, prezado (a) leitor (a), você encontrará nesta obra, uma diversidade de contextos voltados para o ato de educar. Esta coletânea almeja apresentar as múltiplas faces da educação. Além disso, busca-se esclarecer as aproximações e distanciamentos de conceitos entre o ensino e a aprendizagem.

Nos capítulos que regem este livro, encontrarás abordagens que estimulam e ampliam seus conhecimentos acerca de filosofia para crianças, formação de professores, o corpo e seus movimentos, identidade de gênero, artes, ensino de geografia, tecnologia na educação, educação especial, alfabetização, identidade profissional, relação étnico-racial, práticas educacionais, sociologia e suas diversas configurações na instância escolar.

Boa leitura!

Otainan da Silva Matos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
FILOSOFIA PARA CRIANÇAS: A CONCEPÇÃO DE INFÂNCIA E O SENTIDO DO ADULTO EM MINIATURA	
Otáinan da Silva Matos	
Kátia Regina Santos Casto	
José Carlos de Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4602002091</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE PROFISSIONAL DE ALFABETIZADORES: NARRATIVAS DE DOCENTES INTEGRANTES DO GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA “O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL”	
Cleia Silva Pinto Costa	
Rosiara Costa Soares	
Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4602002092</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A IDENTIDADE PROFISSIONAL DOCENTE E O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E DE LÍNGUA INGLESA	
Cláudia Cristina Cólins Pereira	
Rakell Ainy Freitas Luz	
Marize Barros Rocha Aranha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4602002093</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>40</b>
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA: VALORIZAÇÃO DAS DIFERENÇAS E PREVENÇÃO DE PRECONCEITOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Lucileide Martins Borges Ferreira	
Luanda Martins Campos	
Antonio de Assis Cruz Nunes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4602002094</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>51</b>
A FORMAÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE NA PERSPECTIVA DA INTERCULTURALIDADE	
Luanda Martins Campos	
Mirian Ferreira da Silva Boguea	
Viviane Moura da Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4602002095</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>63</b>
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERCULTURAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	
Ludmilla Silva Gonçalves	
Raimundo Nonato Assunção Viana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4602002096</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
O SER E O ESTAR FORMADOR/A NA ESCOLA: UM DILEMA PARA O/A COORDENADOR/A PEDAGÓGICO/A	
Alexandrina Colins Martins	
Vanja Maria Dominices Coutinho Fernandes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4602002097</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 85**

A FORMAÇÃO DE LEITORES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA TURMA DO 2º ANO DE UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE PAÇO DO LUMIAR- MARANHÃO

Andréia Vaz Cunha de Sousa  
Érica Patrícia Marques de Araújo  
Samuel Luis Velázquez Castellanos

**DOI 10.22533/at.ed.4602002098**

**CAPÍTULO 9 ..... 97**

CONSTRUÇÃO DE SABERES NO MESTRADO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO DOCENTE EM GÊNEROS E SEXUALIDADES

Rosylene Conceição Soares Cutrim  
Sirlene Mota Pinheiro da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.46020020910**

**CAPÍTULO 10 ..... 112**

A GANGUE COMO SINTOMA DE FALÊNCIA DO MODELO CAPITALISTA

Daulinda Santos Muniz  
Elisa Maria dos Anjos

**DOI 10.22533/at.ed.46020020911**

**CAPÍTULO 11 ..... 120**

DO SUL AO NORTE: UM DIÁLOGO SOBRE A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Yuri Barros Lobo da Silva  
Jucileide Melonio Pereira  
Maria José Albuquerque Santos

**DOI 10.22533/at.ed.46020020912**

**CAPÍTULO 12 ..... 134**

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: DESAFIOS CURRICULARES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Ginia Kênia Machado Maia  
Cleomar Lima Pereira  
Lívia da Conceição Costa Zaqueu

**DOI 10.22533/at.ed.46020020913**

**CAPÍTULO 13 ..... 145**

OS CORPOS E A ESCOLA: A DANÇA COMO LENTE

Raimundo Nonato Assunção Viana  
Érica da Silva Pinto

**DOI 10.22533/at.ed.46020020914**

**CAPÍTULO 14 ..... 153**

ESTADO DA ARTE: TECNOLOGIA MÓVEL PARA AUXILIAR CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Maíra Carla Moreira Aragão  
João Batista Bottentuit Junior

**DOI 10.22533/at.ed.46020020915**

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>159</b>
TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL: UMA ANÁLISE A RESPEITO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	
Aline Aparecida Nascimento Frazão	
Livia da Conceição Costa Zaqueu	
<b>DOI 10.22533/at.ed.46020020916</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>180</b>



## A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: DESAFIOS CURRICULARES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA

*Data de aceite: 05/07/2020*

### **Ginia Kênia Machado Maia**

Graduada em Filosofia, pós-graduada em Educação Especial e mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Ensino na Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Email: ginia\_maia@yahoo.com.br

### **Cleomar Lima Pereira**

Graduada em Pedagogia, pós-graduada em Educação Especial e mestranda do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Ensino na Educação Básica (PPGEEB) da Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Email: Cleomar.lima@ifma.edu.br

### **Lívia da Conceição Costa Zaqueu**

Doutora em Distúrbios do Desenvolvimento da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestre em Distúrbios do Desenvolvimento pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professora Adjunta do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Gestão do Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas da Educação Especial na Educação Básica.

**RESUMO:** O artigo em questão pondera sobre a educação inclusiva e a deficiência intelectual,

destacando alguns desafios curriculares para a prática pedagógica, para tanto, nos propusemos a olhar para o currículo aplicado nas escolas comuns que possuem alunos com necessidades educacionais especiais. Inicialmente abordamos a educação inclusiva, destacando alguns desafios atuais, em seguida questionamos em que medida o currículo está sendo concebido na escola, se o mesmo está contribuindo para o processo de inclusão ou se pode ser considerado como o estigma da diferença, para abordar essa questão, trazemos o estudo sobre o currículo numa perspectiva inclusiva, desvelando avanços e retrocessos. Evidenciamos com esse estudo o quanto à escola poderá ser excludente se ofertar um currículo fragmentado e, portanto, sem perspectiva de desenvolver o ensino e a aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais. Por fim, adverte-se que a escola deve conceber a inclusão para produzir conhecimentos e desenvolver ao máximo as potencialidades de todos seus estudantes, para além da sensibilização, pois são elementos fundamentais para um currículo inclusivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Currículo. Inclusão. Prática Pedagógica.

## INTRODUÇÃO

A educação brasileira perpassa por situações transitórias no que diz respeito a democratização das oportunidades de ensino, especialmente, dos estudantes com deficiência. Nesse sentido, a política da educação especial na perspectiva inclusiva transcorre todos os níveis e modalidades da educação básica na qual notamos as controvérsias entre o ensino regular e a especial (BRASIL, 2010). Nessa perspectiva, a sala de recurso multifuncional surge como suporte para minorar as relações e diferenças, a demandar intervenções pedagógicas em atendimento aos alunos com deficiência intelectual para que estes desenvolvam habilidades básicas a partir de suas características funcionais (MANTOAN e PIETRO, 2006, p. 25).

A inclusão educacional, segundo Carneiro (2008), tem sido discutida como premissa que valoriza o humano no contexto da educação para todos, o que inclui alunos com deficiência intelectual por meio do Atendimento Educacional Especializado. Partindo desta ideia, Silva (2014), menciona a prática pedagógica desenvolvida pelo professor, a propor atividades que possibilitem ao educando, organizar o pensamento que oportunize aprendizagem e utilize o raciocínio na resolução de situações-problema. De acordo com Gomes:

Para desenvolver o AEE é imprescindível que o professor conheça seu aluno e suas particularidades para além de sua condição cognitiva. O trabalho do professor do AEE é ajudar o aluno com deficiência intelectual a atuar no ambiente escolar e fora dele, considerando as especificidades cognitivas. Especificidades que dizem respeito principalmente à relação que estabelece com o conhecimento que promove sua autonomia. (GOMES, 2010, p. 8).

Pertinente a isso, a prática pedagógica do docente sinaliza a formação especializada e a configuração da equipe multidisciplinar para o levantamento e identificação das necessidades educativas dos discentes a partir de déficit intelectual e déficit adaptativo que caracterizam a deficiência intelectual, isso define o encaminhamento do educando à sala de recurso multifuncional e exige do professor o planejamento individualizado em atendimento às suas particularidades, repensando o currículo posto. (COELHO e COELHO, 2001).

Nessa perspectiva, o paradigma da educação inclusiva visa oferecer recursos pedagógicos específicos e de interação social, que respondam às necessidades de cada educando, conforme sua deficiência. Todo ser humano é diferente e apresenta suas limitações quer sejam física, psicológicas, sociais, econômicas enfim uma série de outras dificuldades. Em se tratando do espaço escola, que é um direito de todo, e mais precisamente em inclusão escolar, percebe-se aí um grande desafio tanto do Estado, quanto dos diretores, educadores, profissionais da saúde bem como pais e /ou responsáveis em não somente inserir essa criança no meio escolar como também o de auxiliar esse aluno dando a ele uma estrutura favorável e estratégias escolares que possam desenvolver a

capacidade de ensino/aprendizagem.

É nessa perspectiva que percebemos os desafios posto no currículo para a prática pedagógica nas Salas de Recursos Multifuncionais, para superar a lógica de adaptações, o pressupõe uma proposta curricular construída na perspectiva de viabilizar a articulação dos conhecimentos do ensino especial e do ensino comum, ambos devem promover a ampliação dos conhecimentos, das experiências de vida e a valorização dos percursos de aprendizagem.

Nesse sentido, pensou-se em tal temática a fim de discutir a relevância que precisa ser dada às pessoas com deficiência intelectual no que diz respeito ao amplo desafio que é a inclusão escolar. Realizou-se pesquisa bibliográfica de aprofundamento sobre a temática, com levantamento, leitura e análise da documentação pertinente e necessária ao desenvolvimento do tema. Nesse sentido Marconi; Lakatos (2010) ressalta que a pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses. Assim, objetivamos com este estudo apresentar o contexto da inclusão escolar da pessoa com deficiência, pensando no Currículo e a sua influência nesse processo para a educação inclusiva.

## **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS ATUAIS**

O que temos visto em estudos já feitos, que no Brasil, é possível observar que, as pesquisas direcionadas ao Currículo na escola especial inclusiva são poucas. O pouco material disponível direciona-se mais para a inclusão no todo, desta forma, oferecendo poucos subsídios para o aprofundamento da organização de um currículo que dê mais atenção para uma escola inclusiva. Por isso, se torna necessário refletir sobre as nuances existentes por trás do discurso da educação inclusiva, pois, promover a inclusão implica em valorizar a diferença e a singularidade existente em cada sujeito, ou seja, valorizar a alteridade que cada sujeito apresenta.

Para uma escola que se propõe a ser inclusiva é fundamental perceber, respeitar as diferenças e buscar caminhos para atender as necessidades de aprendizagens de todos. Essa visão precisa estar em consonância com a identidade do sujeito contemporâneo, e o currículo, também, é o produto de significações sociais e culturais que forjam também identificações. E estas, por sua vez, são tecidas a partir da ideia da existência do outro, de forma simples, daquele que é “diferente” partir primeiramente da direção e gestão da escola.

Apesar do acesso à educação ser um direito legal a todos, permanece ainda um grande desafio, principalmente no que diz respeito a portadores de deficiência. Inclusão escolar nada mais é que “inserir” o aluno que possuem “barreiras de aprendizagem” no

contexto da sala de aula e isso vai bem além, antes de tudo há necessidade de se ter espaços fisicamente capacitados que vão desde estruturas como uma escada, rampa ou até mesmo um banheiro para então se desenvolver tal inclusão.

De acordo com Pereira (2014), a inclusão dos indivíduos com alguma deficiência ou necessidades educativas especiais, constitui-se um desafio que já vem sendo discutido a algum tempo no campo da educação, que perpassam pelo currículo, pois cabe salientar a importância da construção curricular em uma prática de educação inclusiva significativa para discentes e docentes desejosos de uma adaptação curricular. E ao afirmar-se a necessidade da inclusão na escola é porque se sabe que ainda existem na atualidade crianças e jovens que estão excluídas de alguma maneira no âmbito pedagógico escolar.

Dessa forma, é importante que a escola entenda que só existirá inclusão de pessoas com necessidades especiais em suas dependências, se todos estiverem empenhados em contribuir para a edificação de um trabalho mais humano e acolhedor, existindo principalmente o respeito à diferença (FERNANDES, 2015). O tema inclusão precisa não tão somente ser tema de mesas redondas nas universidades como também ser desenvolvida como prática constante do dia a dia, uma vez que atualmente tanto se fala e vive tal situação que constitui um grande desafio tanto do Governo quanto de família e educadores.

São tomadas, então, várias medidas para a implantação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado prioritariamente em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) e considerado como suporte à inclusão. De acordo com o Art. 9º da Resolução nº 4/2009, a elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:

I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III – cronograma de atendimento aos alunos;

IV – plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V – professores para o exercício da docência do AEE;

VI – outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de

Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII – redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE (BRASIL, 2009, p. 20).

Entre as Leis que regulam a educação especial no Brasil, tem-se ainda o Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 de que inclui o atendimento educacional especializado – AEE em todas as escolas do país, a fim de garantir aprendizagem com qualidade a todos os alunos com deficiência. O AEE foi instituído pelo inciso 3º, do art. 208, da Constituição Federal/1988 e definido no §1º, art. 2º, do Decreto nº 7.611/2011, como:

Conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos, organizados institucionalmente e prestados de forma complementar + suplementar à escolarização. Conforme Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, a função desse atendimento é identificar e eliminar as barreiras no processo de aprendizagem, visando à plena participação (BRASIL, 2013, p. 2).

Nesse sentido, busca-se realizar ações e atividades realizadas de forma à complementar a educação regular. Garantindo dessa forma, a igualdade de condições ideias para o acesso, bem como a permanência desses estudantes. Dentre o público alvo do AEE, estão os deficientes, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação e altas habilidades. Em seu artigo 2º, o decreto nº 7611/2011, diz que a educação especial:

[...] Deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. § 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas: I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011, p. 2).

Sendo assim, a atuação da educação especial é de complementar e não substituir escolaridade comum. Focar no potencial dessas crianças que podem ser trabalhados em salas multifuncionais (sala do AEE) – são espaços organizados com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos, bem como materiais adaptados para atender às necessidades dos alunos, bem como um professor que possui formação específica para a educação especial, uma adequação dos prédios escolares para a acessibilidade. É importante salientar que as atividades voltadas para o AEE acontecem no turno inverso da escolarização. O AEE busca “identificar, elaborar, organizar e bem como disponibilizar recursos pedagógicos de acessibilidade, visando eliminar barreiras de aprendizagem dos estudantes, dentro de suas especificidades” (BRASIL, 2011). Nesse sentido, o AEE possui objetivos específicos na sua formação, bem como:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e

garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis, etapas e modalidades de ensino (BRASIL, 2011, p. 3).

Pode-se entender que o AEE não pode ser confundido com reforço escolar, muito menos com atendimento clínico. Constitui, portanto, de uma importante ferramenta de inclusão, uma vez que vai além de apresentar conteúdos acadêmicos, mas sim trabalhar o emocional e a inserção desse estudante. Portanto, o AEE elimina dessa forma barreiras de aprendizagem desse aluno, favorecendo dessa forma a participação, autonomia e a independência que necessitam, favorecendo assim o auxílio a promoção da escolarização. **A Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** é destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esta Lei trata nos seus artigos de 27 à 30 sobre o direito à educação, assim, cabe destacar o artigo 27, no qual estabelece que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (BRASIL, 2015, p. 8).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB nº 9.394/96) trata no seu art. 58 do capítulo V sobre a Educação Especial, no qual ressalta que a Educação Especial é a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais. A Lei em destaque afirma que todos têm direito à educação, inclusive crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, o que os diferencia da maioria dos alunos. A LDB garante a inclusão dos alunos especiais nas escolas, esse é um grande marco no pleno desenvolvimento social da criança e educacional.

Campbell (2009, p. 159) enfatiza que a percepção de que as diferenças devem ser aceitas e acolhidas como subsídio para montar ou completar o cenário escolar já está sendo bem aceita por parte dos educadores. “Porém, há uma necessidade de capacitação desses professores, uma vez que a inclusão exige aperfeiçoamento constante”. Sendo assim, a inclusão escolar é por si só uma tarefa desafiadora, uma vez que requerem

estudos, técnicas, pesquisas e práticas para que assim voltem seu olhar para a criança com deficiência. Campbell (2009) afirma ser indispensável o desenvolvimento da sensibilização do educador que trabalha com criança com deficiência intelectual, como profissional ele deve compreender quais são e como se dá os sinais de afeto e competência dessa pessoa, os quais precisarão ser sustentados na relação com ela, a não percepção desses sinais pelo professor implica a diminuição das oportunidades de se estabelecer e desenvolver a comunicação com seus alunos, levando-os a um isolamento ainda maior.

A inclusão escolar da criança com deficiência de fato passa a ser uma tarefa conjunta que vai depender dos gestores, professores, e da participação da família no processo de desenvolvimento e aprendizagem dos filhos. É um trabalho que exige estudos, debates, planejamentos e estratégias conjuntas de toda a comunidade escolar. É nessa conjuntura que o Currículo se configura como lócus de importância no que diz respeito à discussão quanto à questão da diferença e da diversidade. Sendo assim, é importante que todos de maneira conjunta busquem focar no processo de ensino da criança com deficiência intelectual, com a capacitação continuada dos professores e de toda a equipe técnica da escola, visando com isso, construir e efetivar uma prática pedagógica que trabalhe com níveis de desenvolvimento e processo de aprendizagem diferenciados independente de sua deficiência.

A inclusão é um desafio constante no cotidiano das escolas e comunidades. A gestão desse papel tem fundamental importância nesses estabelecimentos que acolhe e pratica o ensino. Ao longo da história, o atendimento a pessoas com deficiências apresentou diferentes características, sendo na maioria das vezes tratada de maneira segregadora ou complementar ao ensino regular e em centros de reabilitação.

## **O CURRÍCULO NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA**

Nos Parâmetros Curriculares para a educação inclusiva (1998), o Currículo é construído a partir do projeto pedagógico da escola e deve viabilizar a operacionalização do mesmo, norteando as atividades educativas, as formas de executá-las e definindo as suas finalidades. Nesse documento, usa-se as palavras “Adequações Curriculares” para referir-se ao mesmo como sendo um elemento dinâmico da educação para todos e que a sua viabilização para os alunos com necessidades educacionais especiais, pode ser realizando através da flexibilização, na prática educacional, com o objetivo de atender todos os alunos.

Desse modo, uma escola que trabalha com a inclusão leva a equipe de educadores a diversas questões. Qual estrutura é necessária? Que estratégias são mais significativas? Como estabelecer objetivos pedagógicos consistentes? Qual processo avaliativo é eficaz? Como estabelecer o conteúdo a ser trabalhado? Esses questionamentos perpassam

também pelo cotidiano escolar, logo a questão do currículo. Levantando ainda mais alguns questionamentos: Como elaborar um currículo que seja adequado a cada educando? Que conteúdo abordar? Que objetivos estabelecer? Como estabelecer critérios para o processo avaliativo? Para alcançar respostas a esses questionamentos deve-se primeiro compreender a noção de currículo, a saber:

A origem da aplicação desse termo à educação escolar, liga-se às ideias de: controle do processo pedagógico; estabelecimento de prioridades segundo as finalidades da educação, de acordo com o público a que se destina e com os interesses dos atores em disputa; ordenação, sequenciamento e dosagem dos conteúdos de ensino. (SAVIANI, 2018).

Nesse sentido, o currículo na escola parece viver um paradoxo, pretende ser um agente de transmissão de saberes elaborados fora dela, porém, na verdade, se constitui, como o lugar do conservadorismo, da inércia, da rotina. (SAVIANI, 2018). Eis que surge um outro grande paradoxo para a educação inclusiva, pois requer um currículo dinâmico, que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos e ser um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos mesmos. Logo, a educação inclusiva requer um currículo dinâmico, que permita ajustar o fazer pedagógico às necessidades dos alunos e ser um recurso para promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos mesmos. A escola que pretende trabalhar com a diversidade a elaboração do currículo deve prever as adaptações, admitindo flexibilizações que oportunizem adequar a ação pedagógica às necessidades particulares de cada um. Contudo, sabemos que:

Como reprodutora, a escola atua na seleção e distribuição do conhecimento, da mesma maneira estratificada pela qual está constituída a sociedade; e o currículo nada mais é que uma seleção da cultura, uma filtragem do conhecimento de modo a torná-lo acessível aos diferentes grupos, conforme as necessidades do controle social e da maximização da produção.

Sobre esse aspecto, Almeida (2003, p.117) relata em sua pesquisa que o currículo repassado e praticado hoje nas escolas, não representa nenhuma novidade e ainda pode se constituir em um forte instrumento capaz de romper com qualquer iniciativa inclusiva dada a sua fragmentação, hierarquização e distanciamento entre aqueles que o exercitam (professores) e aqueles que o recebem (alunos). Pois para que ocorra a inclusão, é necessário que se realize algumas adequações, feitas de forma a garantir o processo de aprendizagem a todos os educandos, inclusive aos que apresentam necessidades educacionais especiais, chamamos isso de Adaptações Curriculares. Estas adaptações devem ter o currículo regular como referência, e o trabalho deve ser organizado de acordo com as necessidades de cada um.

Uma grande preocupação atual para essa necessidade de adaptação é romper com concepções arraigadas, com o conteudismo, com a fragmentação do conhecimento acadêmico historicamente compartimentalizado em disciplinas e com a simples transferência hierárquica do conhecimento do professor para o aluno. A nosso ver, há de



acontecer, ainda, nas nossas escolas, mudanças substanciais de concepções a respeito da inteligência e do conhecimento que é apreendido pelo aluno, e da própria forma como ele está sendo construído (ALMEIDA, 2003, p.114).

Nosso currículo necessita de maior atenção, se para os estudantes sem necessidades educacionais especiais já acarreta problemas, o que diremos sobre um currículo que contemple estudantes com necessidades educacionais especiais? Sendo assim, nos propomos a partir de deste momento, levantar neste texto, o descaso da Base Nacional Curricular Comum com a educação inclusiva substituindo na organização de um currículo para alunos com necessidades educacionais especiais, que vai de encontro com os documentos base, Declaração de Salamanca, na LDB e os Parâmetros Curriculares Nacionais, pois substitui a necessidade de adaptações e/ou adequações curriculares por “diferenciação curricular”. (BNCC, 2018, p. 16). Esse termo incluso pela BNCC é impropriedade, pois em nenhum momento nos documentos bases da educação inclusiva esse termo é usado, além de ser uma prática pedagógica que diferencia o sujeito em razão de sua deficiência, incorrendo em um crime de discriminação.

O que temos na LDB é o termo “adaptação razoável” que não se relaciona com o termo “diferenciação curricular”, e, portanto, ambos não podem ser confundidos. Do ponto de vista pedagógico a “adaptação razoável” diz respeito a garantia e acesso ao currículo comum a todos, por meio de estratégias, materiais, recursos e serviços que permitam ao estudante com necessidades educacionais especiais participar de todas as atividades escolares junto com seus colegas. Dito isso, não é necessário apenas elaborar um novo currículo, mas torná-lo dinâmico e flexível, para que atenda realmente a todos. A programação de cada estudante precisa ser significativa, contextualizada e motivadora, além de propiciar o desenvolvimento de cada um. Jamais a diferenciação, seja ela de natureza curricular ou de qualquer outra natureza, deve ser usada para justificar, o estar a margem, fazer atividades separadas, individualizadas, facilitadas, infantilizadas, limitadoras e todos os outros termos que estão ligados ao termo diferenciação curricular.

Porém, concordamos também que o termo adaptações e/ou adequações curriculares não correspondem as reais necessidades da educação inclusive, porém soam melhor que diferenciação curricular. Moreira e Baumel (2001) escrevem que as adaptações curriculares não podem correr o risco de produzirem na mesma sala de aula um currículo de segunda categoria, que possa denotar a simplificação ou a descontextualização do conhecimento. Com isso não querem dizer que o aluno incluído não necessite de adaptações curriculares, mas argumentam em favor de uma inclusão real, que repense o currículo escolar, que efetive um atendimento de qualidade.

## CONCLUSÃO

A educação é dita que é para todos, porém quando partimos para a prática vemos que as dificuldades encontradas para implantar uma educação que seja favorável a todos, deixa a desejar. Ela se mostra vulnerável àqueles com necessidades diferenciadas em relação ao aprender. Referimo-nos aos educandos com deficiência. Estes precisam desenvolver certas habilidades, e necessitam de um tempo maior para construir o conhecimento.

Apontamos então a necessidade de um currículo fundamentado na perspectiva da inclusão, para isso ele precisa ser construído, de fato, pelo sistema educacional brasileiro, pois passa pela formação inicial e continuada de professores, pela organização do trabalho pedagógico, pelo desvelamento e superação de práticas culturais e pedagógicas que perpetuam preconceitos e reforçam discriminações, não sendo possível atribuir, apenas, a figura do professor a responsabilidade por um currículo que se constitua a partir da diversidade e respeite os ritmos diferentes de aprendizagem.

Nesse sentido, para a efetivação de um currículo que prime pela inclusão é preciso garantir uma educação com atitude inclusiva, que é antes de tudo, uma questão de direitos humanos, que se insere na perspectiva de assegurar o direito à educação das crianças, jovens e adultos, independentemente de suas características ou dificuldades, prevendo e redefinindo ações efetivamente destinadas a estes sujeitos/alunos, em função das suas necessidades/ou especificidades, tendo em vista sua formação humana e educacional. Desse modo, o grande objetivo para a escola inclusiva consiste em planejar a participação de todos os alunos e saber como dar suporte à aprendizagem dos mesmos, sem lhes fornecer respostas predeterminadas ou fazer do currículo um estigma da diferença, onde alunos tenham currículos diferenciados e fechados em sala. Assim, essa educação, voltada para o futuro expressa-se na defesa de um tipo de ensino condizente com as exigências de formação do homem.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. B. de. **Do especial ao inclusivo?** Um estudo da proposta de inclusão escolar da rede estadual de Goiás, no município de Goiânia. 231f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003

BRASIL. **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei Federal nº 9394/96, de 26 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

\_\_\_\_\_. **Marcos Político –Legais da Educação Especial:** na Perspectiva da Educação Inclusiva \ Secretaria de Educação Especial –Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009.** Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

(Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 27 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)>. Acesso em: 04 dez. 2018.

\_\_\_\_\_. **Base Nacional Curricular Comum: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018.

CAMPBELL, Selma Inês. **Múltiplas inclusão da inclusão**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

CARNEIRO, Moaci Alves. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns: possibilidades e limitações**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

COELHO, Luísa; COELHO, Rui. **Impacto psicossocial da deficiência mental**. *Revista Portuguesa Psicosomática*. Sociedade Portuguesa de Psicossomática. v. 3, Nº1. Porto, Portugal. 2001.

FERNANDES, Maria de Fátima de Souza. **Desafios e possibilidades encontrados nos processos de inclusão escolar de alunos com transtornos do espectro autista**. 2015. 43 p. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar) - UnB/UAB. Brasília, 2015.

GOMES, Adriana Leite Lima Verde (Org.). **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual** / Adriana Leite Lima Verde Gomes, Jean-Robert Poulin, Rita Veira de Figueiredo. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar: pontos e contrapontos**. São Paulo: Summus, 2006.

MOREIRA, L.C; BAUMEL, R.C.R.de.C. **Currículo em Educação Especial: tendência e debates**. Educar, Curitiba, nº. 17, p.125-137. Editora da UFPR. 2001.





PEREIRA, Josiane Eugênio. **Autismo e inclusão escolar nos anos iniciais do ensino fundamental**. II Seminário integrado de pesquisa, ensino e extensão da IFC. Camboriú-SC, 2014.

SAVIANI, Nereide. **Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico**. 7 ed. Campinas, SP, 2018.

SILVA, Roberto Rafael Dias da Silva, Rodrigo Manoel Dias da. Educação e cultura nas políticas de escolarização contemporâneas: um diagnóstico crítico. In: ROSA, Geraldo; PAIM, Marilene (Orgs.). **Educação básica e práticas pedagógicas**: Mercado de Letras, 2012.

# AS FACES DA EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS NA DIVERSIDADE ESCOLAR



-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



# AS FACES DA EDUCAÇÃO: DIÁLOGOS NA DIVERSIDADE ESCOLAR



🌐 [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
✉ [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)  
📷 @atenaeditora  
📘 [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)

